

Governo impõe novo limite para desmatamento

O ESP
26/7/96
193

A-16

Medida reduz de 50% para 20% a área de floresta que pode ser alterada; FH assina decreto proibindo por dois anos novas concessões e autorizações para exploração de madeiras como o mogno e a virola

BRASÍLIA — O governo anunciou ontem uma série de medidas para recuperar a cobertura vegetal brasileira. A primeira medida provisória, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, restringe de 50% para 20% a área de floresta que pode ser desmatada na Amazônia. O presidente assinou ainda um decreto proibindo por dois anos novas concessões e autorizações para exploração de madeiras do tipo mogno e virola, também na região amazônica. O decreto estabelece ainda que todas as autorizações para exploração de madeira concedidas até agora serão revistas.

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, fez um apelo à comunidade internacional, particularmente ao Banco Mundial (Bird), para que repasse os recursos de emergência do programa-piloto de proteção às florestas tropicais brasileiras.

Segundo Lampreia, a comunidade internacional prometeu investimentos de US\$ 1,5 bilhão, mas até agora foram repassados menos de US\$ 20 milhões. "Não buscamos culpados internacionais", disse o ministro, esclarecendo que o Brasil está apenas procurando ampliar os esforços para reduzir o desmatamento.

Preocupante — Estudos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) na Amazônia mostram que o desflorestamento na região cresceu de 0,3% ao ano para 0,4%. "O desmatamento é suave, mas preocupante", advertiu Lampreia. O mesmo estudo destaca que, dos 5 milhões de quilômetros quadrados que integram a Amazônia Legal, a área de floresta desmatada acumulada é de 11,8%.

Ao apresentar o estudo, o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, informou que até 1994 o desmatamento cresceu em certas áreas de fronteira agrícola, nas regiões típicas de cerrado. Os Estados mais afetados foram Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Em contrapartida, o desmatamento diminuiu nos Estados do Maranhão, Amazonas, Tocantins, Roraima e Amapá.

Segundo informou o diretor-geral do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa, em São José dos Campos, no final deste ano os dados referentes ao desmatamento em 95 serão conhecidos. O governo destinou US\$ 4 mil-

hões para a atualização destes levantamentos. "Os dados de 96 devem sair em abril do ano que vem", acrescentou. De acordo com o presidente do Ibrama, Eduardo Martin, a falta de recursos, entre outras coisas, impediu que os

DADOS DE 95
FICARÃO
PRONTOS NO
FIM DO ANO

estudos fossem concluídos.

Os estudos do Inpe registram pelo menos três causas do desmatamento: exploração irregular de madeira, do mogno em particular, criação de pastos em áreas impróprias e realização de obras de infra-estrutura mal-orientadas, como, por exemplo, construção de estradas. Como ação imediata, o governo propõe intensificação e modernização do controle e fiscalização dos desmatamentos e queimadas.

Com as medidas adotadas ontem o governo espera que sejam aplicadas multas, embargos, interdições, sanções administrativas e penas aos infratores. Acredita ainda que sejam cancelados cerca de 80% dos instrumentos de concessão do uso de recursos florestais (planos de manejo, autorização de desmatamento e planos de exploração florestal).